

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15118 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA – PA.

Flávio Morais Lima - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Elaniese do Socorro Lima da Silva - UFPA-PPEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Eduarda de Assunção Pacheco - UFPA - Universidade Federal do Pará

### **IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA – PA.**

**Resumo:** O estudo busca compreender o PNATE em Altamira-Pará com pesquisa qualitativa, através de documentos de como este recurso está sendo direcionado para o acesso e permanência do aluno da escola do campo. Adotando uma abordagem quali quantitativa, busca-se interpretar a realidade com base nos significados atribuídos nos documentos, pelos dados quantitativos e ações referente a execução financeira e prestação de contas do programa. Os procedimentos metodológicos englobam estudo de caso com revisão bibliográfica, tendo como recorte temporal o período de 2014 a 2023. Os resultados parciais revelam que, a partir de 2014, reformas políticas e econômicas influenciadas pelo neoliberalismo impactaram o cenário educacional brasileiro. Neste contexto, investiga-se como a implementação do PNATE, alinhada à legislação e documentos, contribuiu para garantir o direito ao acesso e permanência dos alunos na educação, bem como o impacto do transporte escolar como política pública para promover o acesso e a permanência dos estudantes do campo na escola. Conclui-se que há uma relação entre as características territoriais e aplicação dos recursos com as taxas escolares dos alunos do campo.

**Palavras Chave:** Transporte escolar, educação do campo, gestão pública, PNATE.

### **Introdução**

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) transfere recursos para custear o transporte de alunos da educação básica em áreas rurais, garantindo acesso e permanência nas escolas (Brasil, 2004). Por tratar-se de uma política pública que visa a garantia de acesso do estudante a educação escolar, este estudo em andamento, tem como objetivo compreender a implementação deste no programa no município de Altamira-PA. Totalizando uma área de 159 533,328 Km<sup>2</sup> o que o torna o maior município do Brasil e o terceiro maior do mundo em extensão territorial. Por esta característica geográfica e o modo de organização social e econômico da população nesse território, como o município implementou na rede de ensino este programa para garantia dos alunos das escolas na educação do campo.

### **Metodologia**

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e análise documental para compreender as particularidades dos documentos e seus impactos no contexto educacional, complementada por dados quantitativos para evidenciar aspectos financeiros das políticas públicas. Foram consolidados dados do Censo Escolar e do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), destacando especificidades e semelhanças. A revisão bibliográfica forneceu a base teórica sobre o direito à educação básica e a implementação do transporte escolar como ferramenta de acesso à educação, considerando as particularidades da educação no campo.

## **Resultados e Discussões**

Discutir o transporte escolar sem considerar as políticas educacionais para a educação do campo seria superficial e ineficaz. É fundamental contemplar a legislação sobre transporte escolar público e a educação nas comunidades rurais. O direito à educação do campo e a capacidade de gestão e planejamento são essenciais, pois discrepâncias entre o planejado e o executado influenciam os resultados. Vieira (2007) destaca a necessidade de definir metas de curto, médio e longo prazo e priorizar as mais urgentes, reconhecendo a complexidade da gestão.

As leis e normas relacionadas ao transporte escolar e à educação no campo frequentemente falham na execução devido a conflitos de interesse. Dourado, Moraes e Siqueira (2023) destacam a disputa entre a parcela progressista, que reivindica uma educação pública e gratuita, e empresários neoliberais, que defendem a privatização do setor público. Esse conflito é evidente nos documentos educacionais, como o PNE (2014-2024), que simultaneamente atende e anula interesses específicos.

Os equívocos no planejamento, influenciados por conflitos de interesse, impactam negativamente a garantia de políticas públicas para o acesso à educação de qualidade, resultando em políticas imediatistas e na descontinuidade. Saviani (2012) destaca que a descontinuidade na política educacional é evidente na meta, constantemente adiada, de eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. O Brasil entrou no século XXI sem resolver um problema que os principais países resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo (Saviani, 2014).

Em Altamira no Pará, na consolidação dos dados e documentos relacionados a educação, identifica-se que no período de 2014 a 2023, teve-se aumento nos investimentos em políticas públicas voltadas para a educação, como por exemplo: o aumento das escolas das áreas rurais, partindo de 83 em 2014 para 100 em 2023, correspondendo em cerca de 64% das escolas do município.

Este aumento das escolas do campo, repercutem também no aumento da aplicação financeira para o transporte do escolar, a consolidação dos dados disponíveis nos sistemas de prestação de contas SiGPC e Censo Escolar, permite inferir que os valores implementados no PNATE, ressoam nas taxas de evasão e abandono, pois nos anos de 2014 a 2016 os valores de prestação de contas, ficaram acima de R\$ 300.000,00, nesse período a taxa de abandono ficou na média de 2,27% e evasão em 8,90%; em 2017, os valores de prestação de contas foram de cerca de R\$ 274.000,00, a taxa de evasão subiu para a 9,30%, e a de abandono para 3,50%.

No ano de 2018, as taxas melhoraram quando a aplicação do recurso do PNATE chegou próximo dos quatrocentos mil, refletindo na queda das taxas de abandono (8,6%) e evasão (1,8%). Estes dados deduzem, uma possível correlação entre os recursos aplicados por meio do PNATE, e as taxas de evasão e abandono escolar dos alunos do campo.

Conforme consolidação dos dados coletados, que o Estado do Pará, se estabelece como o segundo Estado que mais recebe recursos do PNATE, ficando em primeiro o Estado da Bahia. A características similares destes dois Estados estão relacionadas ao percentual muito próximo de população da zona rural (próximo de 30%), característica esta, que no município de Altamira corresponde a 15%, porém com uma densidade demográfica muito menor em relação ao Estado do Pará como um todo, o que implica em princípio, que as características territoriais e de densidade demográfica, repercutem nos alunos matriculados no nas escolas do campo e nos valores repassados do PNATE.

## **Conclusão**

A pesquisa revela que a legislação sobre a educação do campo e o acesso e permanência dos alunos por meio do PNATE carece de definições claras e coordenação entre as ações. Verificou-se a ausência de documentos municipais que orientem as ações voltadas para o transporte escolar. Essa falta de documentação é evidente nas informações dos questionários do SiGPC, afetando a transparência na execução dos recursos. Conseqüentemente, não é possível confirmar se os recursos do PNATE estão efetivamente melhorando a qualidade do transporte escolar e garantindo o acesso e a permanência dos alunos do campo nas escolas rurais, como exigido pela legislação vigente.

## **Referências**

BRASIL. Lei n.º 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm). Acesso em: 14 maio 2024.

DOURADO, L. F.; MORAES, K. N. de; SIQUEIRA, R. M. **PNE, Políticas e gestão da educação, retrocessos e resistência propositiva** - Dados Eletrônicos (1arquivo: PDF) -

Goiânia: Cegraf UFG, 2023.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significados, controvérsias e perspectivas. – Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VIEIRA, S. L. Políticas e gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista brasileira de política e administração da educação**, v. 23, n. 1, 2007.